

MEIO AMBIENTE

Zoneamento Econômico e Ecológico da APA de Cafuringa vai a audiência pública. Documento restringe uso da área. Produtores de cimento temem cerceamento da produção. Ambientalistas querem impedir pressões políticas

Guerra de interesses

Rodrigo Hilário
 Da equipe do Correio

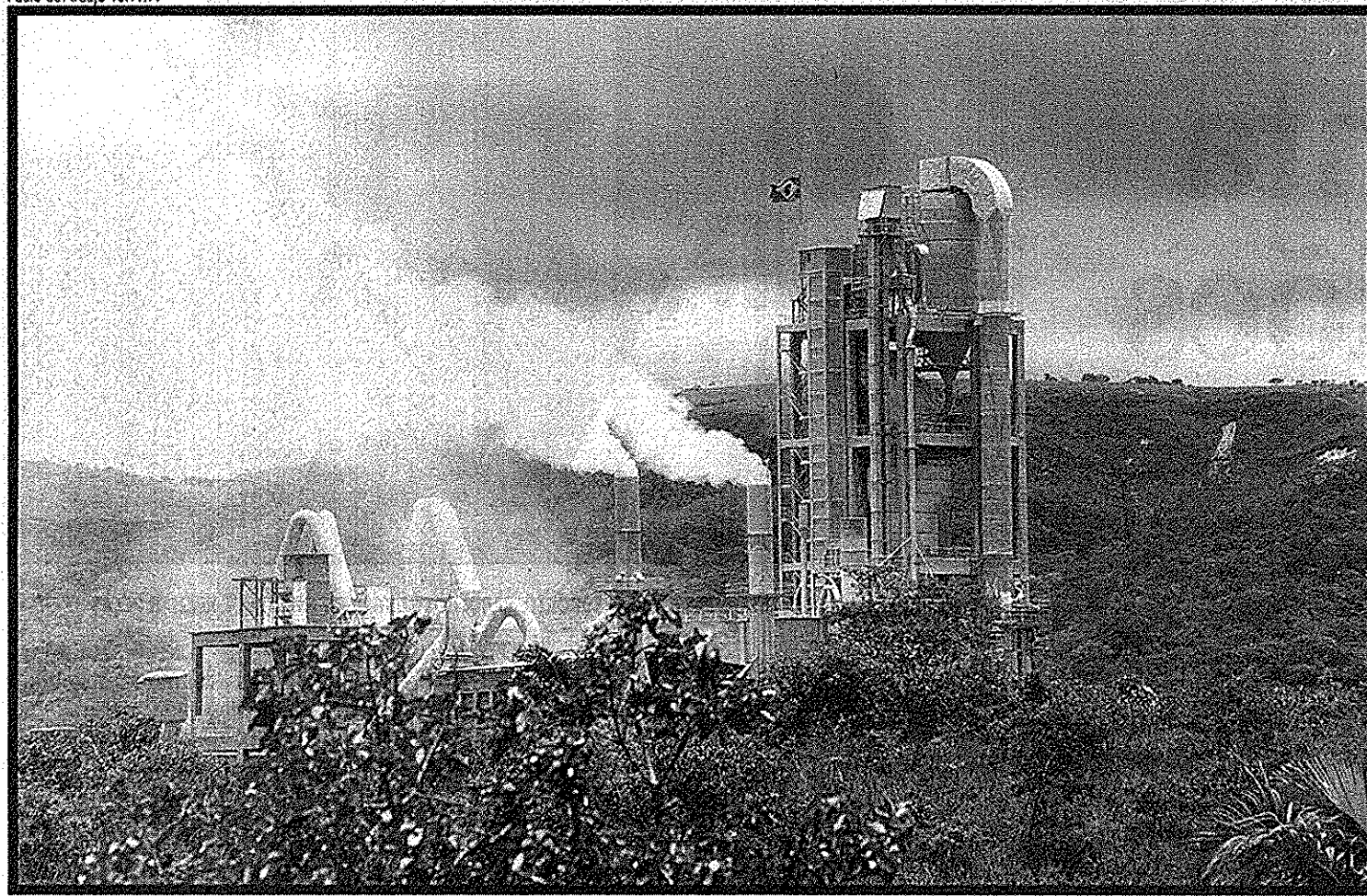
O futuro da Área de Proteção Ambiental (APA) de Cafuringa, no Noroeste do Distrito Federal, começa a ser decidido hoje. Concluído após dois anos e meio de elaboração, o Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) da região — conjunto de regras que disciplinam a gestão de uma APA — será levado à apreciação pública. Em audiência às 14h30, no auditório da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF (Semarh), sociedade civil e ecologistas vão discutir o regimento e sugerir mudanças.

Uma vez alterado, o ZEE passará a ser tratado como minuta de projeto de lei e será levado ao governador Joaquim Roriz. Em seguida, Roriz deverá encaminhar o texto à Câmara Legislativa para que seja votado. O documento subdividiu Cafuringa em 12 zonas de manejo, espaços de exploração específica. Em cinco, ficarão restritas atividades como extração mineral, terraplenagem e escavação do solo. Nas outras sete, será permitida a atuação do homem, mas com restrições.

Criada pelo decreto 11.123/88, Cafuringa é apontada como a mais importante das cinco APAs do DF — as outras são Descoberto, Gama/Cabeça-de-Veado, Paranoá e São Bartolomeu. O lugar é rico em cachoeiras, nascentes de rios e jazidas de calcário. Os minerais da região têm deixado os ambientalistas em estado de alerta. Com 465 Km², o subterrâneo da APA é cortado por um veio de calcário com tempo de exploração estimado em séculos.

A fatura de mineral enche as vistas de duas indústrias produtoras de cimento, argamassa, brita e calcário agrícola. Trata-se da Cimento Planalto (Ciplan), do grupo Atala, e da Cimento

Paulo de Araújo 16.11.99



EMPRESAS PRODUTORAS DE CIMENTO ESTÃO ENTRE AS QUE MAIS ARRECADAM IMPOSTOS NO DISTRITO FEDERAL E OCUPAM PARTE DA APA DE CAFURINGA

Tocantins, do grupo Votorantim, instaladas na região da Fercal, em Sobradinho. Parte da área de exploração dessas empresas — que figuram entre as maiores arrecadadoras de impostos do DF — está dentro da APA.

“Temos medo de que esse fato seja usado como ‘moeda de barganha’ para satisfazer o empresariado. Se houver pressão política e econômica, as recomendações do documento poderão ficar menos rígidas”, alerta João Arnolfo Carvalho, conselheiro do Fórum das ONGs Ambientais do DF. “Queremos evitar negociações na audiência pública e na Câmara.”

PARCIALIDADE

Do outro lado da discussão, as empresas criticam o ZEE, considerado parcial. “Não fomos ouvidos no processo. Nem foi levada em conta nossa importância para o desenvolvimento socioeconômico da região”, acusa Guerino Pastorelli, coordenador de Meio Ambiente da Votorantim no Centro Oeste/Nordeste. “A redação (do ZEE) tem falhas que, se mantidas, inviabilizarão a permanência da empresa na área.” Os representantes da Ciplan não foram encontrados pelo Correio.

A promotora de Defesa do

Meio Ambiente do Ministério Público do DF, Juliana Santilli, diz ter informações de que as indústrias estão interessadas em subverter o ZEE para ampliar a exploração da APA. “Existe o perigo de que sejam privilegiados os interesses econômicos das empresas, em detrimento da defesa do meio ambiente. Não permitiremos alterações ilegais.”

Já o procurador da República Alexandre Camanho considera normal que cada lado defenda seus interesses, mas duvida que vingue a tentativa de enfraquecer o ZEE. “Temos de adequar a atividade humana às condições

ambientais, não o contrário.” Ele destacou que estará atento à discussão sobre Cafuringa, que deverá integrar a APA do Planalto Central, a ser criada pelo governo federal.

O secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF, Antônio Barbosa, não acredita que as regras do ZEE serão amenizadas. “Sou favorável à atuação das empresas, que estavam na área antes da criação da APA. Mas é preciso atender aos interesses de todos os setores, sobretudo da natureza.” Barbosa defende o equilíbrio entre o crescimento e a preservação do meio ambiente.

O QUE É A APA

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Cafuringa tem 463,5 Km², o equivalente a 8% do território do DF.

Possui monumentos naturais como o Poço Azul, o morro da Pedreira, as cachoeiras de Mumunhas e córrego Monjolo, e a Ponte de Pedra.

O Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) subdividiu Cafuringa em 12 zonas de manejo — espaços de exploração específica.

Destas, cinco restringem o uso da área e sete são indicadas para a atividade humana.

Com relevo acidentado, Cafuringa concentra boa parte das jazidas de calcário do DF.

Dois empresas mineradoras — Ciplan e Cimento Tocantins — atuam na região

PARA SABER MAIS

Ocupação deve ser fiscalizada

Fiscalização
 O Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) é um conjunto de normas que disciplinam a exploração e regulamentam a fiscalização de uma Área de Proteção Ambiental (APA). É um documento fundamental para a gestão de uma APA, e define inclusive as regras para os processos de licenciamento ambiental. Uma vez elaboradas, as propostas do ZEE são levadas a audiência pública.

Alterações
 É na fase de audiência pública que a sociedade civil e as entidades de defesa do meio ambiente têm a chance de discutir e sugerir alterações nas propostas do ZEE. Depois dessa etapa, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos submete o texto à análise do governador. Em seguida, já como minuta de projeto de lei, as recomendações do ZEE são encaminhadas à Câmara Legislativa, para que sejam votadas e transformadas em lei.

Zoneamento
 O DF tem cinco APAs — Cafuringa, Descoberto, Gama/Cabeça-de-Veado, Paranoá e São Bartolomeu. Apenas Cafuringa e São Bartolomeu têm o ZEE concluído. A Semarh vai iniciar os estudos do ZEE para a APA do Gama/Cabeça-de-Veado e retomar os trabalhos do Zoneamento da APA do Descoberto, paralisados na gestão passada.

Novo parque a perigo

Dante Accioly
 Da equipe do Correio

A instalação de uma fonte para explorar água mineral em Santa Maria ameaça a criação de mais um parque ecológico no Distrito Federal. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) concedeu em junho licença prévia para exploração, envasilhamento e comercialização do produto na fazenda Água Quente, a 50 quilômetros de Brasília. Isso fez com que a Comissão Permanente de Implantação de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo (Comparques) interrompesse os estudos para criar no local uma unidade de preservação de 132 hectares.

A fonte está em fase adiantada de pesquisa. O responsável pelo empreendimento é o fazendeiro Ale Rodrigues Vieira, que mora na cidade mineira de

Paracatu. Ele tem também um alvará de pesquisa do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) — vinculado ao Ministério de Minas e Energia — para explorar uma área de 36 hectares na fazenda.

Vieira cercou o terreno e construiu uma casa de alvenaria com 9m², que cobriu a cabeceira de um dos afluentes do córrego Tamanduá. Um tubo de aço inox faz a captação da água que brota de uma rocha no subsolo. Tudo com o aval do DNPM.

A fazenda Água Quente conta com campos de murundus (áreas encharcadas) importantes para a preservação da bacia hidrográfica. O local serve de bebedouro natural para animais como tamanduás, tatus, lobos e veados. A vegetação nativa é formada por matas ciliares, sempre-vivas, barbatimões, samambaias e buritis.

Sergio Amaral 26.11.01



EMANUEL RORIZ DEFENDE PARQUE PARA ECOSISTEMA NÃO SER QUEBRADO

Um laudo de 1990 da extinta Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec) afirma que a área, “coberta pelo domínio do cerrado”, merece maiores cuidados. “A melhor estratégia é a preservação”, diz o documento.

O subsecretário do Meio Ambiente, Fernando Fonseca, explica que a licença concedida pela Semarh não permite a implantação de equipamentos definitivos na fazenda. “Se as instalações que ele (Vieira) imple-

mentou na área só se referem à pesquisa da água mineral, não há problema.”

Para Vieira, o envasilhamento de água mineral não vai comprometer o afluente. “A vazão da nascente é de 800 mil litros por hora. Minha pretensão é envasilhar só 500 litros por dia”. As florestas e demais formas de vegetação situadas numa faixa de 50 metros de nascentes são consideradas de preservação permanente pelo Código Florestal.

Recado para sobreviver

O advogado Emmanuel de Sá Roriz Júnior, dono de uma fazenda banhada pelo córrego Tamanduá, acredita que a exploração da água mineral vai afugentar os animais. “Dificilmente se encontra fauna e flora tão abundantes. O ecossistema será quebrado.”

Para Roriz, o acesso dos animais à água ao longo do córrego está comprometido. “Ele (Ale Rodrigues Vieira) cercou a área. Os bichos estão impedidos de circular e beber a água.” Em outubro, ele alertou o Ministério Público Federal, a Promotoria do Meio Ambiente, a Delegacia Especial do Meio Ambiente, a Semarh, a DNPM e Terracap (proprietária da área). Não teve retorno.

Quem também não gostou da casa na cabeceira do córrego foi Elita Batista dos Santos, presidente em exercício da Associação dos Proprietários Rurais do Vale da Água Quente (Aprovaq). “Os animais só estão aqui porque existe esse córrego.”

Em abril de 1983, um amigo de Emmanuel Roriz deixou uma mensagem no livro de visitas da fazenda: “Aquele que não só admira a natureza mas também a conserva revela no mais íntimo a preocupação maior com a própria sobrevivência da raça humana.” O amigo era Sarney Filho, ministro do Meio Ambiente.